

Necessidade de Inteligência do Estado brasileiro

Cláudia Assaf Bastos Rebello
Abin

Se conheceis o inimigo e a vós mesmos, não precisais temer pelo resultado de 100 batalhas; se vos conheceis, mas não ao inimigo, para cada vitória sofrereis uma derrota; se não conheceis nem a um nem a outro, sereis sempre derrotado.

(Sun Tsu, autor de “A Arte da Guerra”)

Origem do descaso dado à Inteligência brasileira

A idéia equivocada e negativa que muitos cidadãos brasileiros e, até mesmo, entidades públicas e privadas fazem da atividade de Inteligência pode representar vulnerabilidade grave à segurança do Brasil, já que a necessidade de produzir e proteger conhecimento torna-se cada vez mais evidente. A percepção distorcida da atividade e, ainda, a não-detecção de ameaças reais pelo cidadão comum decorrem do desconhecimento generalizado da essência da atividade: ferramenta imparcial e oportuna, pautada em evidências coletadas e analisadas com metodologia e racionalidade, cujo objetivo exclusivo é apoiar o processo decisório nacional, definidor do destino da sociedade e do Estado brasileiro.

Compreender a relevância da Inteligência para um país como o Brasil não é tarefa fácil na prática. A aversão a ela por parte significativa da opinião pública brasileira justifica-se, sobretudo, por dois fatores: primeiramente, pela herança da história recente, quando vigiu no Brasil o Regime Militar; e, em segundo lugar, pelas críticas – muitas vezes sem fundamento – feitas por parcela da imprensa que

insiste em manter viva a lembrança da época em que “censura” era a palavra de ordem, o que conduz alguns profissionais de Comunicação a nutrir certo tipo de ressentimento, expresso, ainda que tacitamente, por meio de manchetes gratuitas, depreciativas e irônicas, que diminuem e distorcem o serviço de Inteligência brasileiro.

Exemplos de matérias jornalísticas alicerçadas em casuísmos não faltam: “Arapongas da (Abin) Agência Brasileira de Inteligência deixaram de lado a discrição no governo de Luiz Inácio Lula da Silva” (DANTAS, 2004); “A incompetência da Abin” (RODRIGUES, 2005); “Quadro funcional da Abin inclui até lavadeiras” (SOUZA, 2005); “Além disso, quem já teve acesso aos relatórios do antigo SNI e da atual Abin surpreende-se com a pobreza e a obviedade das informações. Carlos Lacerda dizia que o SNI não funcionava às segundas-feiras, porque não havia jornais a recortar” (SARDENBERG, 2002). Em reportagens sobre o novo Diretor-Geral da Abin, Sr. Márcio Paulo Buzanelli, as manchetes, à época de sua posse, preferiram insistir na idéia de que se tratava de funcionário de carreira que serviu ao extinto SNI a publicar a real competência e a rica experiência que ele possui. São críticas, portanto, que criam na opinião pública aversão progressiva e gratuita à estrutura de Inteligência brasileira.

Como a força da democracia – ainda em contínua construção – foi capaz de pôr abaixo as estruturas e as ideologias vigentes durante o regime de exceção e instituir direitos antes inexistentes – tal como a garantia constitucional à liberdade de expressão –, eventuais acusações de abusos sofridos àquele tempo perderam o objetivo e ficaram sem alvo claro de ataque. Agora pergunta-se a quem acusar. Daí a necessidade de alvo atual e bem definido. Este alvo é a estrutura de Inteligência brasileira, cuja existência ainda é motivo de questionamento por parte daqueles que são induzidos nesse sentido ou não se esforçam para compreender sua necessidade e insistem em associá-la ao governo, não ao Estado – entidade a que a Inteligência, de fato, serve. Trecho do artigo “Perigos do complexo”, do colunista Jânio de Freitas comprova esta visão equivocada,

que, até mesmo, lúcidos jornalistas têm: “Menos ou mais, esse (sic) serviços [secretos] sempre servem à política do governo que representam”. (FREITAS, 2005).

É oportuno esclarecer que qualquer instituição, para crescer e cumprir seus objetivos, tem, na crítica, ferramenta essencial. Trata-se, neste caso, de observações construtivas, elaboradas por aquele que está de fora – sobretudo pela mídia –, distanciando do objeto e, por isso mesmo, apto a ver o que, muitas vezes, os que estão envolvidos diretamente na atividade não conseguem perceber durante o esforço em produzir o melhor. Essas críticas não são só bem-vindas; são necessárias à consolidação da Inteligência brasileira. Para crescermos, precisamos, portanto, dos profissionais de Comunicação comprometidos com o processo de apuração fidedigno.

É verdade que, dada a natureza do serviço de Inteligência, o sigilo muitas vezes representa a “alma” de uma missão, o que envolve verbas sigilosas – que, apesar disso, devem passar por fiscalização externa. Tal sigilo está constantemente em conflito com o preceito democrático da transparência, motivo que também contribui para munir os formadores de opinião em seus ataques, por vezes infundados.

Por causa da influência sem precedentes que a mídia hoje exerce sobre a opinião pública, o cidadão comum – que já possui pouco conhecimento sobre a atividade – não vê a Inteligência como necessária. As pessoas são induzidas a associar o órgão de Inteligência do Estado brasileiro – a Abin – à estrutura de informações estabelecida à época do Regime Militar – o SNI. Como perseguições políticas e violações de liberdades eram, então, automaticamente atribuídas ao SNI, criou-se, no imaginário popular, idéia negativa a tudo que se referisse à atividade de Inteligência. Enquanto, em outros países, os órgãos de Inteligência e seus profissionais são motivos de orgulho nacional, no Brasil ainda prevalece tom jocoso e irônico em relação aos assuntos de Inteligência, os quais

recebem sinônimos tais como “arapongagem” ou “espionagem”, não só pela mídia, mas até mesmo por alguns integrantes do Poder Legislativo. Mal sabem, por exemplo, que espionagem é crime, e que o sistema de Inteligência visa, entre outros objetivos, a contrapor-se à espionagem estrangeira feita em território nacional ou no exterior contra interesses brasileiros, mediante medidas de Contra-Inteligência.

No início da década de 1990, a estrutura de Inteligência brasileira chegou a ser extinta pelo governo Fernando Collor, atitude aplaudida por muitos à época. Afinal, pensava-se ser o fim da estrutura inibidora de liberdades. Hoje, dada a inserção do País no mundo globalizado e estruturado em rede, no qual Estados nacionais e soberanos têm suas fronteiras cada vez mais porosas, o poder público atentou para o fato de a atividade de Inteligência ser imprescindível à segurança da Nação e ao processo decisório pautado em análises criteriosas, oportunas e imparciais. Tanto assim que, ao final daquela década, foi instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), do qual fazem parte diversas instituições, como a Polícia Federal, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas. Em 1999, surgiu a Abin – órgão central do Sisbin –, cuja ligação com estruturas preexistentes no Regime Militar não passam do ponto de vista físico. De fato, as instalações e parte da infra-estrutura da Abin são as mesmas daquelas onde funcionou o SNI.

As diretrizes seguidas pela Abin estão alicerçadas no contexto democrático em que se insere a sociedade brasileira. Nesse sentido, não constitui objetivo da Agência perseguir indivíduos ou combater pensamentos divergentes deste ou daquele governo, ao contrário do que é difundido ou insinuado, como mostra, a seguir, o trecho de artigo de Cláudio Humberto. “O deputado sergipano João Fontes reagiu com indignação, ao descobrir que sua ‘ficha’ foi obtida pelo ministro Ciro Gomes na Abin ou onde quer que seja [...]”,

(HUMBERTO, 2005). A missão da Agência está tão-somente em munir o Estado brasileiro de conhecimentos sem os quais a segurança do País estaria ameaçada, independentemente do governo que esteja conduzindo a Nação.

Definição e objetivos da atividade de Inteligência

Para compreender por que o Brasil necessita contar com um serviço de Inteligência, é imperativo, antes, que se faça breve definição do termo, bem como a demarcação dos objetivos da atividade.

Inteligência é atividade de Estado, não de governo. Está dividida, grosso modo, em produção e proteção de conhecimentos. A produção de conhecimentos envolve análise de informações, bem como estudo criterioso da qualidade e da credibilidade das fontes utilizadas. Já o ato de proteger dados e conhecimentos sensíveis produzidos pelo País, seus interesses estratégicos e, ainda, suas riquezas naturais está no âmbito da Contra-Inteligência, cuja essência é salvaguardar a sociedade e o Estado de ações adversas perpetradas por agentes estrangeiros. As ações de Contra-Inteligência buscam identificar e prevenir vulnerabilidades, detectar o invasor, neutralizar sua atuação, recuperar eventuais perdas e contra-atacar por meio, por exemplo, de desinformação. Os segmentos de proteção do conhecimento abrangem segurança das pessoas, das áreas e instalações, dos documentos e materiais, das comunicações e dos sistemas de informação. Inteligência e Contra-Inteligência contam, ainda, com a parte operacional da atividade que compreende a utilização de técnicas especiais – sempre legais – na busca do dado negado.

O aforismo “Informação é poder”¹, hoje lugar-comum, guarda em si uma verdade. Em tese, aquele mais bem informado será ca-

¹ Inspirado na máxima “*Knowledge is power*”, cunhada pelo cientista inglês Sir Francis Bacon. Em 1597, Bacon afirmou que informação e conhecimento constituíam fontes de poder político e econômico.

paz de ponderar prós e contras no momento da decisão e, por conseguinte, saberá o que esperar como conseqüências da escolha feita, o que pautará futuras medidas de política de Estado. Já sabemos, conforme já mencionado, que o objetivo central da Inteligência é assessorar a tomada de decisão dos agentes governamentais detentores de tal poder. Para que a tomada de decisão gere conseqüências previsíveis, é imprescindível, portanto, que os tomadores de decisão estejam bem informados.

Só isso, porém, não basta. Com a revolução nas técnicas de difusão da informação, acessá-la tornou-se tarefa tão elementar que até mesmo uma criança seria capaz de buscar a informação a ela solicitada. Nesse sentido, bastaria que o tomador de decisão tivesse a seu lado um auxiliar capacitado para obter as informações desejadas. Além disso, nem sempre aquele com poder decisório é capaz de avaliar do que necessita saber, porquanto uma informação aparentemente inofensiva poderá representar ameaça em futuro próximo ou longínquo.

O simples fato de governantes estarem informados, portanto, não basta. A informação por si não mais representa o diferencial antes concebido como sinônimo de poder. A problemática resume-se, por conseguinte, ao estudo da informação que será transmitida àquele que detém o poder decisório. A informação já trabalhada é que caracteriza o conhecimento. É o profissional de Inteligência que, mediante metodologia específica, será capaz de transformar informações em conhecimento – que poderá ser mera descrição de fato (certeza) ou análise de tendências e cenários (opinião), calcada em racionalidade irrefutável resultante da articulação de evidências.

É relevante ressaltar que, apesar da grande quantidade de informações hoje disponível de forma ostensiva, haverá frações de informação indisponíveis nas fontes abertas e protegidas contra o acesso público. Trata-se do dado negado, cuja obtenção requer contribuição da área operacional. Por vezes, tal fração, ainda que

mínima, poderá significar o diferencial de uma decisão de Estado. A atividade de Inteligência, portanto, abrange, além das áreas de Contra-Inteligência e Inteligência, a área de Operações.

Por que o Brasil necessita da atividade de Inteligência?

A necessidade de Inteligência do Brasil projeta-se tanto no contexto das relações internacionais quanto no doméstico, sobretudo em função das dimensões continentais do País. O Estado brasileiro necessita proteger-se de ações estrangeiras adversas, bem como antecipar-se a conseqüências de conflitos internos em território tão vasto como o nosso.

A crescente inserção do Brasil nas relações internacionais decorre, principalmente, da capacidade de o País se adaptar às transformações por que o mundo passa na era de acelerada globalização. As tecnologias brasileiras de ponta, a soberania alimentar, o conhecimento tradicional de populações nativas, as formas alternativas de produção de energia e, ainda, as riquezas naturais abundantes e cada vez mais valorizadas, como água doce, minérios estratégicos, biodiversidade, entre outras, vêm despertando a atenção de vários países e a cobiça de transnacionais.

O Brasil destaca-se em áreas de interesse das comunidades científicas internacionais, das empresas que as financiam e, sobretudo, dos Estados. Detemos tecnologias de ponta diversas: prospecção de petróleo em águas profundas e em áreas florestais; domínio do ciclo completo do urânio; desenvolvimento de espécies híbridas que melhor se adaptam ao complexo clima-solo; sistemas bancários de informática; urnas seguras para eleições; tecnologia aeroespacial e para construção de satélites. Trata-se de exemplos que tornam a proteção do conhecimento desenvolvido e difundido pela Abin alta prioridade na pauta de segurança nacional.

Soma-se a isso a nossa biodiversidade, cobiçada pelos mais diversos setores. Pesquisadores ou informantes estrangeiros, dis-

farçados de missionários, por exemplo, são rotineiramente enviados à Amazônia e a outros biomas brasileiros. Chegam a cooptar indivíduos das populações nativas para extrair deles conhecimentos tradicionais, que são transformados em fórmulas milionárias. O caso do cupuaçu – fruta típica da Região Norte – deixou clara a necessidade de uma Inteligência atenta. O nome da fruta havia sido patenteado por grupo empresarial japonês, fato descoberto por organização não-governamental. A rapadura – doce de origem nordestina tipicamente brasileira – bem ilustra o aproveitamento indevido de nossa cultura. Recentemente, produtores cearenses, ao tentar exportá-la pela primeira vez, viram-se impedidos de fazê-lo, pois uma empresa alemã possuía a patente do nome havia dez anos. Dessa forma, a vigilância de todos – principalmente do cidadão comum brasileiro, onde quer que esteja – é elemento fundamental no processo de colaboração com a Inteligência brasileira.

Universidades renomadas no exterior, por exemplo, cobriam pesquisadores brasileiros, prometendo-lhes toda infra-estrutura para suas pesquisas e retorno financeiro inimaginável. Iludidos e inocentes, preenchem formulários, nos quais revelam detalhes de pesquisas em andamento.

Como se vê, a proteção do conhecimento ainda não faz parte da cultura nacional, tamanha a desinformação que impera acerca da necessidade de Contra-Inteligência no Brasil. Nesse sentido, o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), desenvolvido pela Abin, vem atuando para preencher esta grave lacuna existente na sociedade acadêmica e em empresas estratégicas.

Devemos, ainda, considerar outra problemática hoje vivida pelo Brasil. Talvez poucos saibam, mas o Estado brasileiro produz e exporta bens de uso dual, que podem servir tanto para o progresso da humanidade quanto para sua destruição. A compra de bens dessa natureza por atores de má fé, muitas vezes disfarçados de empresas de fachada, pode aniquilar a reputação de um país, construída ao longo de séculos, no âmbito internacional. A esse

respeito, o Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), desenvolvido pela Abin em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, busca alertar empresas estratégicas, que cada vez mais se mostram confiantes na utilização da Inteligência de Estado para a garantia do destino pacífico de seus negócios.

Além da Contra-Inteligência, o setor de Inteligência – produção de conhecimentos – também é fundamental para antecipar e prevenir crises, bem como para antever oportunidades. A análise de cenários possíveis com base em dado evento, ocorrido seja no exterior, seja no território brasileiro, feita por profissionais de Inteligência, torna-se guia seguro e oportuno no processo decisório. A análise baseia-se na ponderação de informações várias acerca do tema em pauta, originadas de fontes diversas, as quais são analisadas em sua credibilidade, competência e interesse. Muitas vezes, a fonte poderá difundir uma informação “inflada” por interesses próprios ou ainda não ter a competência para conhecer determinada informação. Feita a ponderação, os cenários são traçados para munir com elementos-chave, na formulação de políticas, aquele que detém o poder decisório.

No âmbito doméstico, o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), por exemplo, é emblemático para a necessidade de Inteligência. Muitos acusam o governo atual, cujos integrantes pertencem à tradicional esquerda política, de se voltar contra um movimento de que um dia foi árduo defensor. Essas acusações, pautadas no fato de a Abin acompanhar tendências do MST, pretendem sugerir que a Agência preocupa-se com ideologias ou partidarismos. Na verdade, trata-se de questão doméstica relativa ao problema secular de acesso à terra e que gera conflitos localizados. Há dois objetivos bem definidos para o monitoramento desse tipo de movimento social por parte da Inteligência. Primeiramente, o acompanhamento do conflito em si – que, por vezes, põe em perigo a segurança não só dos envolvidos, como a da sociedade brasileira como um todo – visa a antever invasões ou atos de per-

turbação da ordem. A Inteligência age independentemente de linha partidária de governo, no sentido de salvaguardar direitos da sociedade – como o de ir e vir e o de segurança –, mediante relatórios coerentes que orientem o processo decisório. Além disso, a percepção das reivindicações feitas é fonte importante para a busca de soluções viáveis para problema tão complexo.

A necessidade de Inteligência do Estado brasileiro não se esgota nos exemplos citados. Ela perpassa temas os mais diversos, dando ao Estado a capacidade de decidir conscientemente suas políticas, graças ao ferramental de análise imparcial, segura e oportuna oferecido pelos profissionais de Inteligência àquele que detém o poder de decidir o destino do País.

Conclui-se ser evidente a necessidade de Inteligência forte e bem estruturada para o Brasil, potência regional e que se insere de forma cada vez mais explícita no contexto internacional. Soma-se a isso a vastidão do território brasileiro, o que faz do monitoramento e da antecipação e prevenção de crises internas elementos fundamentais para o processo decisório, seja para o estabelecimento de medidas terapêuticas, no caso de crises já instaladas, seja para a elaboração de medidas preventivas, no caso de diagnóstico que aponte crises potenciais.

É fundamental que o poder público e a sociedade conscientizem-se de tal necessidade, a fim de permitir o fortalecimento da Inteligência brasileira. Por conseguinte, o processo de tomada de decisão no Brasil também se fortaleceria. Para isso, o apoio jurídico e financeiro faz-se urgente, sobretudo para a montagem de infra-estrutura adequada e para o treinamento do profissional de Inteligência. Para se ter uma idéia, a área operacional da Inteligência brasileira ainda não conta com autorização judicial para efetuar interceptações telefônicas, o chamado “grampo”, técnica muito utilizada por outros integrantes do Sisbin. Além disso, a ati-

vidade de Inteligência brasileira ainda não conta com equipamentos de ponta que, em muito, agilizariam o trabalho de seus servidores.

Dado o contexto democrático brasileiro, ainda em processo de consolidação, a aprovação de verbas para o fortalecimento do serviço precisaria do aval do Legislativo. Como apoiar Inteligência no Brasil não “dá voto”, caberia, então, aos usuários do serviço e à própria estrutura de Inteligência reforçar tal necessidade. É neste contexto que a mídia mostra-se parceira fundamental para o processo de consolidação da Inteligência brasileira. Por um lado, criticaria, quando bem fundamentada, conseqüentemente fornecendo *feedback* e colaborando para eventuais mudanças; por outro, entretanto, identificaria a relevância da Inteligência para o Brasil, difundindo-a para a população brasileira – a quem, na realidade, a atividade de Inteligência objetiva servir. Cabe, também, à própria Abin proporcionar à mídia maiores esclarecimentos acerca da atividade em si, numa parceria pautada em processo de mútua aprendizagem.

Uma mídia mais esclarecida, uma sociedade mais consciente, não só da essência da atividade, mas também de seu papel de colaboradora no fornecimento e na apuração de denúncias, e um poder público mais convencido da necessidade de munir o Estado brasileiro com Inteligência de ponta acarretariam ao País capacidade de decidir mais eficaz e eficientemente os destinos da Nação. Ademais, levariam a maior eficiência na proteção de conhecimentos e de nossas riquezas naturais, hoje tão cobiçadas por importantes atores do sistema internacional.

Referências bibliográficas

ARGONS, Josias de Carvalho; CASTRO, Raymundo Nonato Loyola; BRAGANÇA, Antônio Ferreira de. **A informação**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1963.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

DANTAS, Iuri. Abin pretende formar espões nos moldes da CIA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A8, 30 nov. 2004.

FREITAS, Jânio de. Perigos de complexo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 maio 2005.

HUMBERTO, Cláudio. Ciro: fichas e arapongagem. **Jornal de Brasília**, Brasília, DF., 8 maio 2005. Coluna Cláudio Humberto.

PLATT, Washington. **A produção de informações estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora: Livraria Agir Editora, 1974.

RANSOM, Harry Howe. **Informações centralizadas e segurança nacional**. Tradução Ten. Cel. Álvaro Galvão Pereira. Rio de Janeiro: GB, 1972.

RODRIGUES, Fernando. A incompetência da Abin. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2005.

SARDENBERG, Carlos Alberto. O dilema do PT que quer ganhar. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 abr. 2002.

SEMINÁRIO ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL: contribuições para a soberania e a democracia, 1., 2002. Brasília. **Anais ... Brasília**: Gráfica Artecor. 2003.

SOUZA, Josias de. Quadro funcional da Abin inclui até lavanderias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 mar. 2005.